Europa tem vivido acima de suas possibilidades, e a conta chegou

Manifestantes tomam as ruas contra cortes em benefícios sociais e aumento de preços, enquanto governos lidam com dívidas crescentes

ARTIGO | The Economist

ALESSANDRA TARANTINO/AP



Em Roma, estudantes protestaram na sexta-feira contra 'o governo, a guerra e o alto custo de vida'

Neste outono europeu, protestos tomaram as ruas e praças de cidades europeias, acompanhados pelo barulho de sirenes policiais e de vidros quebrados. O continente atravessa um desses espasmos periódicos, em que a política parlamentar luta para lidar com o descontentamento social. Na França e na Alemanha, começaram os protestos contra o subinvestimento na educação.

Na Espanha e na Itália, foi a crise imobiliária. Em todo o continente, há revolta com o aumento dos preços. O problema subjacente comum é este: muitos europeus querem níveis de gastos públicos que já não podem pagar, enquanto parlamentos fragmentados e políticas populistas tornam quase impossível resolver os problemas.

Durante décadas, a Europa ofereceu aos seus cidadãos um nível excepcionalmente confortável de benefícios e proteções. Os países da União Europeia gastam, em média, 10% do PIB em pensões públicas, quase o dobro da porcentagem nos Estados Unidos. Os países da UE destinam quase 30% do PIB à despesa social pública, em comparação com menos de 20% nos Estados Unidos.

Angela Merkel, ex-chanceler alemã, observou certa vez, com desaprovação, que a Europa representa 7% da população mundial, 25% do PIB global e 50% da despesa social global. A Europa, concluiu ela, "terá de trabalhar muito arduamente para manter a sua prosperidade e o seu modo de vida".

Alguns países, notadamente o dela e os nórdicos, fizeram o trabalho árduo e tornaram o Estado protecionista mais acessível, embora até mesmo a Alemanha esteja agora enfrentando uma crise em relação aos gastos sociais. Países menos responsáveis continuaram a contrair empréstimos e a evitar decisões difíceis.

Angela Merkel já disse que a Europa tem 7% da população mundial e 50% da despesa social global

Cinco deles têm níveis de dívida pública iguais ou superiores a 100% do PIB, incluindo França, Itália e Espanha. Dez, incluindo Bélgica, França e Itália, estão agora sujeitos ao "procedimento de déficit excessivo" da UE. Trata-se de uma espécie de medida disciplinar, concebida para colocar sob escrutínio aqueles que violam as regras da União (que limitam a dívida a 60% do PIB e os déficits orçamentais a 3% do PIB) e corrigir o seu comportamento desrespeitoso.

Os governos desses países estão sob nova pressão devido às taxas de juros mais altas de suas dívidas. A França, por exemplo, gastará € 91 bilhões (R$ 588 bilhões) com juros de seus empréstimos em 2027, um aumento em relação aos € 79 bilhões de 2026. Enquanto isso, o aumento dos preços e dos custos de energia torna politicamente difícil cortar os pagamentos de pensões e benefícios sociais.

'ÍNDICE DE RESILIÊNCIA'. O clamor dos populistas está abafando aqueles que tentam falar com bom senso sobre a aritmética orçamentária. A Allianz, uma seguradora europeia, criou um "índice de resiliência social" global para medir a vulnerabilidade de diferentes países a distúrbios. O índice calcula que, entre 2020 e 2025, 70% das greves, tumultos e agitação civil ocorreram em "economias avançadas... onde a prosperidade coexiste com a polarização política e a fraca capacidade de reforma". Ludovic Subran, diretor de investimentos da seguradora, observa que essa combinação é particularmente explosiva porque a pressão do custo de vida está afetando muitas pessoas.

Na Alemanha, um país fiscalmente responsável, o chanceler Friedrich Merz afirmou que o Estado de bem-estar social "já não é sustentável". No ano passado, os gastos sociais aumentaram 6%, representando agora cerca de 30% do PIB, dois pontos porcentuais acima dos níveis pré-pandemia. As contribuições para a segurança social, destinadas a pensões, cuidados de saúde e outros benefícios, equivalem a cerca de 42% dos salários brutos; sem reformas, prevê-se que cheguem a quase 50% até 2040 (os empregadores cobrem metade desses custos).

Uma economia estagnada e o mecanismo de controle da dívida para limitar o déficit colocam o governo federal numa situação fiscal delicada, com mais de € 100 bilhões (R$ 646 bilhões) em consolidação (acumulada) necessários até 2030. Cerca de dois terços dos alemães concordam que o Estado de bem-estar social já não é sustentável; contudo, a maioria opõe-se às propostas de cortes.

VIVA A REVOLUÇÃO. O caso mais preocupante, de longe, é o da França. O país enfrenta dificuldades para aprovar um orçamento a cada ano desde que o presidente Emmanuel Macron convocou, de forma precipitada, eleições legislativas antecipadas em 2024, o que reduziu sua já minoritária base de apoio no governo. A Câmara dos Deputados, antes dominada por grandes partidos de esquerda e de direita, agora está dividida em três blocos rivais e hostis entre si.

As alas mais barulhentas são a esquerda populista de Jean-Luc Mélenchon e a direita populista de Marine Le Pen. Os dois também são os favoritos das pesquisas para disputar o segundo turno da eleição presidencial, no ano que vem. O clima no Parlamento, segundo Michel Barnier, ex-primeiro-ministro de centro-direita e atual deputado, é de "pré-insurreição" – ou seja, de uma tensão política tão elevada que pode evoluir para uma revolta.

Nesse contexto, Sébastien Lecornu, o quarto primeiro-ministro em três anos, tenta aprovar um orçamento no Parlamento até o final do ano. Seu plano, que reduziria o déficit orçamentário de 5,4% do PIB em 2026 para 5% em 2027, um patamar ainda considerável, envolve uma economia de € 43 bilhões (R$ 278 bilhões). A medida mais controversa inclui o congelamento da maioria das pensões e dos salários dos servidores públicos.

A oposição protestou veementemente. Professores e outros funcionários públicos aderiram às marchas. Os protestos se ampliaram, transformando-se em uma indignação pelo fato de os aposentados serem as vítimas do problema da dívida. "Meu cartaz é uma porcaria, assim como minha aposentadoria", dizia uma placa improvisada em uma manifestação recente em Paris.

Como sempre, os eleitores querem finanças públicas em ordem, mas não à sua custa. Uma pesquisa indica que 85% dos franceses consideram urgente reduzir a dívida pública, mas 56% também acham que a idade de aposentadoria deveria ser menor. Mélenchon e Marine Le Pen prometem não apenas proteger as pensões, mas também reduzir a idade de aposentadoria.

Ambos os partidos se opõem ao congelamento das pensões. Roland Lescure, ministro das Finanças, insiste que o governo aprovará um orçamento, mesmo que precise usar medidas constitucionais especiais para forçá-lo a passar pelo Parlamento.

Um Estado de bem-estar social decente, que preze pela dignidade em situações de saúde debilitada, pobreza e velhice, é tão central para a essência da Europa quanto cidades caminháveis e longas férias. O continente, com sua população envelhecida, não pode se esquivar de escolhas difíceis sobre o tipo de apoio que pode continuar a oferecer. ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

© 2026 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

CONSTRUTORA TENDA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Conselho de Administração da Construtora Tenda S.A. ("Tenda" ou "Companhia") vem, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se, em primeira convocação, no dia 14 de dezembro de 2026, às 14h00, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE" ou "Assembleia"), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, da Resolução CVM 81, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** aprovar as operações com derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia descritas na Proposta da Administração, nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022; e **2.** autorizar a contratação de novas operações com derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 77 **Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social e nos websites da Companhia (ri.tenda.com), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), o Manual para Participação na Assembleia, a proposta da administração para a AGE ("Proposta da Administração") e os demais documentos relativos às matérias da ordem do dia, nos termos da Resolução CVM 81. Nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM 81 e do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGE os acionistas deverão enviar à Companhia, com **até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGE** (ou seja, até as 23h59 do dia 12 de dezembro de 2026), para o e-mail **ri@tenda.com**: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição escrituradora ou custodiante das ações, contendo a respectiva participação acionária; e **(iii)** em caso de representação, os documentos comprobatórios dos poderes do representante, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia. Excepcionalmente para esta AGE, a Tenda aceitará que os documentos especificados neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, bem como os boletins de voto a distância, sejam enviados por e-mail, sem reconhecimento de firma, notarização ou consularização. Os acionistas também poderão participar da AGE mediante envio de boletim de voto a distância (a) diretamente à Tenda ou (b) mediante a transmissão de instruções de preenchimento aos prestadores de serviço aptos à coleta e transmissão dessas instruções, quais sejam (i) seus respectivos agentes de custódia; (ii) o escriturador das ações da Companhia; e (iii) a Central Depositária de Ativos da B3. Em qualquer caso, o boletim de voto a distância e/ou as instruções de preenchimento deverão ser recebidos **até 4 (quatro) dias antes da data da AGE**, ou seja, até 10 de dezembro de 2026, inclusive, salvo prazo diverso estabelecido pelo agente de custódia ou pelo escriturador. Os acionistas que tiverem enviado a documentação no prazo indicado acima receberão, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGE, as instruções e o link de acesso à plataforma digital. São Paulo/SP, 19 de novembro de 2026.
Claudio José Carvalho de Andrade - Presidente do Conselho de Administração